



**CÂMARA MUNICIPAL DE TIMBAÚBA**  
**PERNAMBUCO**  
**CASA DR. MANOEL BORBA**

**PROJETO DE LEI N° 017/ 2025.**

**Dispõe sobre a autorização para abertura de Crédito Adicional Especial e dá outras providências.**

A CÂMARA MUNICIPAL DE TIMBAÚBA, APROVOU E O SR. PREFEITO SANCIONA O SEGUINTE PROJETO DE LEI:

Art.1°. Fica o Poder Executivo autorizado a abrir, ao Orçamento Municipal de 2025, aprovado pela Lei n° 3.212, de 13 de novembro de 2024, Crédito Adicional Especial até o limite de R\$ 1.307.185,10, (um milhão, trezentos e sete mil, cento e oitenta e cinco reais e dez centavos), destinado ao reforço de dotações orçamentárias conforme discriminação no Anexo I desta Lei.

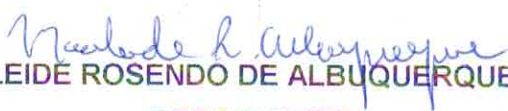
Art. 2°. Para ocorrer com a abertura deste Crédito Adicional Especial será utilizada a anulação de dotações existentes conforme inciso III do §12° do art. 43 da Lei Federal n° 4.320/64, detalhadas no decreto de abertura.

Art. 3°. No decorrer do exercício as dotações orçamentárias criadas por esta lei poderão ser suplementadas respeitados os limites estabelecidos no art. 8° da Lei Municipal n° 3.212/2024.

Art. 4°. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5°. Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DA PRESIDÊNCIA DA CÂMARA MUNICIPAL DE TIMBAÚBA, EM 03 DE OUTUBRO DE 2025.

  
**MARILEIDE ROSENDO DE ALBUQUERQUE**  
**PRESIDENTE**



**CÂMARA MUNICIPAL DE TIMBAÚBA**  
**PERNAMBUCO**  
**CASA DR. MANOEL BORBA**

**ANEXO I**  
**AO PROJETO DE LEI Nº 16 / 2025.**

**DETALHAMENTO DAS DOTAÇÕES CRIADAS AO ORÇAMENTO**  
**MUNICIPAL, POR MEIO DO CRÉDITO ESPECIAL**

**UNIDADE ORÇAMENTÁRIA: 2005 – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO**


Classificação Funcional-Programática	Histórico	Natureza da Despesa	Fonte de Recursos	Valor R\$
12.361.0016.1.1060	Aquisição de móveis, máquinas, veículos e equipamentos para a Escola em Tempo Integral (ETI) conforme Lei Federal nº 14.640/2023.	4.4.90.52 – Equipamentos e Material Permanente	1.569.0000 – Transferência de Recursos do FNDE	285.110,34
12.361.0016.2.9050	Manutenção da Escola em Tempo Integral (ETI) conforme Lei Federal nº 14.640/2023.	3.3.90.30 – Material de Consumo		663.074,76
12.365.0016.2.2032	Gestão dos Profissionais da Educação Básica no Ensino Infantil.	3.1.90.04 – Contratação por Tempo Determinado	1.542.1070 – Complemento FUNDEB VAAT (Profissionais da Educação)	100.000,00
		3.1.90.13 – Obrigações Patronais		18.000,00
		3.1.91.13 – Obrigações Patronais		11.000,00
12.365.0016.1.1061	Construção, reforma e/ou ampliação de creches e unidades da educação infantil.	4.4.90.51 – Obras e Instalações	1.542.0000 – Complemento FUNDEB VAAT (Demais despesas)	200.000,00
12.365.0016.2.2033	Manutenção das ações vinculadas as creches e ao ensino infantil.	3.3.90.30 – Material de Consumo		10.000,00
		3.3.90.36 – Outros Serviços de Pessoa Física		5.000,00
		3.3.90.39 – Outros Serviços de Pessoa Jurídica		5.000,00
		3.3.90.42 – Auxílios		10.000,00
TOTAL				1.307.185,10



**CÂMARA MUNICIPAL DE TIMBAÚBA**  
**PERNAMBUCO**  
**CASA DR. MANOEL BORBA**

---

GABINETE DA PRESIDÊNCIA DA CÂMARA MUNICIPAL DE TIMBAÚBA, EM 03 DE OUTUBRO DE 2025.

  
MARILEIDE ROSENDO DE ALBUQUERQUE  
PRESIDENTE





# TIMBAÚBA

PREFEITURA DA CIDADE

Timbaúba - PE, 28 de agosto de 2025.

Ofício nº. 341 / 2025 - GP

À Exma. Sra. Marileide Rosendo,  
Vereadora Presidente da Câmara Municipal de Timbaúba.

Vimos pelo presente, encaminhar para apreciação e deliberação dessa Eg. Casa Legislativa, projeto de Lei que DISPÕE SOBRE A AUTORIZAÇÃO PARA ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Sendo o que se apresenta para o momento, reiterando a necessidade de apreciação por essa Casa Legislativa em caráter de urgência o presente Projeto de Lei, bem como certo de que o presente projeto de lei será aprovado em sua totalidade, renovamos nossos sinceros votos de elevada estima e apreço.

Atenciosamente,

MARINALDO ROSENDO

DE

ALBUQUERQUE:40806022

434

Assinado de forma digital por

MARINALDO ROSENDO DE

ALBUQUERQUE:40806022434

Dados: 2025.08.28 13:04:25

-03'00'

**MARINALDO ROSENDO DE ALBUQUERQUE**  
PREFEITO

RECEBIDO EM  
28 / 08 / 2025  
Selma Lucia da Silva  
Responsável pelo  
Protocolo Central  
Silvia  
12h:30min



# TIMBAÚBA

PREFEITURA DA CIDADE

## PROJETO DE LEI N° 017, DE 28 DE AGOSTO DE 2025.

**Dispõe sobre a autorização para abertura de Crédito Adicional Especial e dá outras providências.**

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE TIMBAÚBA, Estado de Pernambuco, no uso das atribuições conferidas pela Lei Orgânica Municipal; disposições do art. 42 e do art. 43 da Lei Federal n° 4.320/64, submete à apreciação da Câmara de Vereadores o seguinte projeto de Lei:

Art.1°. Fica o Poder Executivo autorizado a abrir, ao Orçamento Municipal de 2025, aprovado pela Lei n° 3.212, de 13 de novembro de 2024, Crédito Adicional Especial até o limite de R\$ 1.307.185,10, (um milhão, trezentos e sete mil, cento e oitenta e cinco reais e dez centavos), destinado ao reforço de dotações orçamentárias conforme discriminação no Anexo I desta Lei.

Art. 2°. Para ocorrer com a abertura deste Crédito Adicional Especial será utilizada a anulação de dotações existentes conforme inciso III do §12° do art. 43 da Lei Federal n° 4.320/64, detalhadas no decreto de abertura.

Art. 3°. No decorrer do exercício as dotações orçamentárias criadas por esta lei poderão ser suplementadas respeitados os limites estabelecidos no art. 8° da Lei Municipal n° 3.212/2024.

Art. 4°. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5°. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, 28 de agosto de 2025.

MARINALDO

ROSENDO DE

ALBUQUERQUE:40806

022434

Assinado de forma digital por

MARINALDO ROSENDO DE

ALBUQUERQUE:40806022434

Dados: 2025.08.28 13:03:55

MARINALDO ROSENDO DE ALBUQUERQUE

Prefeito





# TIMBAÚBA

PREFEITURA DA CIDADE

**ANEXO I**  
**AO PROJETO DE LEI N° 16 / 2025.**

**DETALHAMENTO DAS DOTAÇÕES CRIADAS AO ORÇAMENTO**  
**MUNICIPAL, POR MEIO DO CRÉDITO ESPECIAL**

**UNIDADE ORÇAMENTÁRIA: 2005 – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO**

Classificação Funcional-Programática	Histórico	Natureza da Despesa	Fonte de Recursos	Valor R\$
12.361.0016.1.1060	Aquisição de móveis, máquinas, veículos e equipamentos para a Escola em Tempo Integral (ETI) conforme Lei Federal nº 14.640/2023.	4.4.90.52 – Equipamentos e Material Permanente	1.569.0000 – Transferência de Recursos do FNDE	285.110,34
12.361.0016.2.9050	Manutenção da Escola em Tempo Integral (ETI) conforme Lei Federal nº 14.640/2023.	3.3.90.30 – Material de Consumo		663.074,76
12.365.0016.2.2032	Gestão dos Profissionais da Educação Básica no Ensino Infantil.	3.1.90.04 – Contratação por Tempo Determinado	1.542.1070 – Complemento FUNDEB VAAT (Profissionais da Educação)	100.000,00
		3.1.90.13 – Obrigações Patronais		18.000,00
		3.1.91.13 – Obrigações Patronais		11.000,00
12.365.0016.1.1061	Construção, reforma e/ou ampliação de creches e unidades da educação infantil.	4.4.90.51 – Obras e Instalações	1.542.0000 – Complemento FUNDEB VAAT (Demais despesas)	200.000,00
12.365.0016.2.2033	Manutenção das ações vinculadas as creches e ao ensino infantil.	3.3.90.30 – Material de Consumo		10.000,00
		3.3.90.36 – Outros Serviços de Pessoa Física		5.000,00
		3.3.90.39 – Outros Serviços de Pessoa Jurídica		5.000,00
		3.3.90.42 – Auxílios		10.000,00
TOTAL			1.307.185,10	

Timbaúba, 28 de agosto de 2025.  
MARINALDO ROSENDO DE  
ALBUQUERQUE:40806022434  
**MARINALDO ROSENDO DE ALBUQUERQUE**  
Prefeito

Assinado de forma digital por MARINALDO  
ROSENDO DE ALBUQUERQUE:40806022434  
Dados: 2025.08.28 13:04:12 -03'00'



# TIMBAÚBA

PREFEITURA DA CIDADE

## JUSTIFICATIVA

Exma. Sra.

MARILEIDE ROSENDO DE ALBUQUERQUE

Presidenta da Câmara Municipal de Vereadores de Timbaúba

Submeto a Vossa Excelência e demais pares Projeto de Lei que dispõe sobre a abertura de crédito especial ao orçamento do exercício de 2025, para criação de dotações do projeto da Escola em Tempo Integral conforme “nova” Resolução do FNDE (Resolução CNE/CEB Nº 07/2025) que instituiu as “Diretrizes para a Educação em Tempo Integral”, e despesas com a fonte de recursos do FUNDEB VAAT no ensino infantil, conforme detalhado no anexo I deste projeto de lei.

As dotações criadas serão para realização de despesas com investimentos e custeio na forma do art. 70 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB).

Na convicção do acolhimento desta proposição, valho-me da oportunidade para renovar protestos de elevada estima e superlativa consideração.

MARINALDO ROSENDO  
DE

ALBUQUERQUE:40806022  
434

**MARINALDO ROSENDO DE ALBUQUERQUE**

Prefeito

Assinado de forma digital por  
MARINALDO ROSENDO DE  
ALBUQUERQUE:40806022434  
Dados: 2025.08.28 13:03:44  
-03'00'





# **CÂMARA MUNICIPAL DE TIMBAÚBA**

## **PERNAMBUCO**

### **CASA DR. MANOEL BORBA**

#### **PARECER DA FAVORÁVEL COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO**

**EMENTA:** PROJETO DE LEI Nº 017/2025, DE AUTORIA DO PODER EXECUTIVO. DIREITO FINANCEIRO. DIREITO ADMINISTRATIVO. ORÇAMENTO PÚBLICO. CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL. LEI FEDERAL Nº 4.320/64. LEI DE DIRETRIZES E BASES DA EDUCAÇÃO (LDB). FUNDEB VAAT. ESCOLA EM TEMPO INTEGRAL. CONSTITUCIONALIDADE. LEGALIDADE. MÉRITO LEGISLATIVO.

#### **I. RELATÓRIO**

O presente parecer da comissão de legislação, justiça e redação tem por objeto o Projeto de Lei nº 017, de 28 de agosto de 2025, de autoria do Poder Executivo do Município de Timbaúba, Estado de Pernambuco. A proposição foi encaminhada a esta Colenda Câmara Municipal para apreciação e deliberação, tendo sido remetida à Comissão de Legislação, Justiça e Redação para análise prévia de seus aspectos de constitucionalidade, legalidade, juridicidade, técnica legislativa e regimental, conforme as atribuições conferidas à esta Comissão. O documento em questão visa autorizar o Poder Executivo a promover a abertura de Crédito Adicional Especial no Orçamento Municipal do exercício financeiro de 2025, refletindo uma necessidade de readequação orçamentária para atender a demandas educacionais emergentes e prioritárias.

Projeto de Lei nº 017/2025, em seu artigo 1º, propõe a abertura de um Crédito Adicional Especial no valor de R\$ 1.307.185,10 (um milhão, trezentos e sete mil, cento e oitenta e cinco reais e dez centavos), a ser incorporado ao Orçamento Municipal de 2025, aprovado pela Lei nº 3.212, de 13 de novembro de 2024. O crédito é destinado ao reforço de dotações orçamentárias e, por





# **CÂMARA MUNICIPAL DE TIMBAÚBA**

## **PERNAMBUCO**

### **CASA DR. MANOEL BORBA**

---

sua natureza de especial, à criação de novas dotações, conforme detalhamento exarado no Anexo I da própria Lei.

O artigo 2º do Projeto de Lei estabelece que a abertura deste crédito adicional especial será custeada pela anulação de dotações orçamentárias existentes, mencionando expressamente o inciso III do § 1º do art. 43 da Lei Federal nº 4.320/64, com o detalhamento das dotações a serem anuladas a ser realizado por meio de decreto de abertura.

Por sua vez, o artigo 3º prevê que as dotações orçamentárias criadas por esta lei poderão ser suplementadas no decorrer do exercício, respeitados os limites estabelecidos no art. 8º da Lei Municipal nº 3.212/2024.

A proposição é encerrada pelos artigos 4º e 5º, que tratam da vigência da lei e da revogação das disposições em contrário, respectivamente. A justificação do Poder Executivo, subscrita pelo Prefeito Municipal, em documento anexo ao Projeto de Lei, esclarece a motivação para a medida. Argumenta-se que a abertura do crédito especial é necessária para a criação de dotações destinadas ao projeto da Escola em Tempo Integral (ETI), em consonância com a "nova" Resolução do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), Resolução CNE/CEB nº 07/2025, que, segundo a justificativa, instituiu as "Diretrizes para a Educação em Tempo Integral".

Adicionalmente, a proposição visa cobrir despesas relacionadas ao ensino infantil, utilizando recursos provenientes do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (FUNDEB), especificamente na modalidade VAAT (Valor Anual por Aluno por Etapa, Modalidade de Ensino e Nível de Ensino). A justificativa ainda destaca que as dotações criadas terão por finalidade a realização de despesas com investimentos e custeio na forma do art. 70 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB).



# **CÂMARA MUNICIPAL DE TIMBAÚBA**

## **PERNAMBUCO**

### **CASA DR. MANOEL BORBA**

---

## **II. FUNDAMENTAÇÃO JURÍDICA**

### **II.1. Da Competência Legislativa Municipal em Matéria Orçamentária e Financeira**

A Constituição Federal de 1988, em seu artigo 30, incisos I e II, assegura aos Municípios a competência para legislar sobre assuntos de interesse local e suplementar a legislação federal e a estadual no que couber. Essa autonomia política e administrativa é o pilar que sustenta a capacidade dos entes municipais de gerir seus próprios orçamentos e finanças, desde que observadas as normas gerais de direito financeiro estabelecidas pela União.

O sistema constitucional financeiro brasileiro, delineado a partir do artigo 165 da Carta Magna, impõe que a elaboração e execução dos orçamentos públicos em todas as esferas federativas sigam diretrizes e princípios estabelecidos em lei complementar, com a finalidade precípua de garantir a transparência, a responsabilidade fiscal e a boa gestão dos recursos públicos.

No âmbito municipal, a Lei Orgânica de Timbaúba, invocada no preâmbulo do Projeto de Lei nº 017/2025, confere ao Prefeito Municipal as atribuições necessárias para propor leis que versem sobre matéria orçamentária, bem como à Câmara Municipal a competência para discuti-las e aprová-las, resguardando o princípio da separação de Poderes e a função fiscalizadora do Legislativo.

Portanto, a iniciativa de propor a abertura de um crédito adicional especial pelo Poder Executivo Municipal e a subsequente apreciação pelo Poder Legislativo Municipal encontram pleno respaldo na ordem jurídica vigente, inserindo-se no exercício regular da autonomia municipal e das respectivas competências institucionais. A capacidade do Município de Timbaúba em manejar suas finanças, incluindo a abertura de créditos





# **CÂMARA MUNICIPAL DE TIMBAÚBA**

## **PERNAMBUCO**

### **CASA DR. MANOEL BORBA**

---

adicionais para atender a necessidades supervenientes, é uma prerrogativa essencial para a efetivação das políticas públicas e a satisfação das demandas da população local, sempre sob o crivo da legalidade e da fiscalização parlamentar.

#### **II.2. Da Adequação do Instrumento Legislativo para a Abertura de Crédito Adicional Especial**

A Lei Federal nº 4.320/64, que estabelece normas gerais de direito financeiro para a elaboração e controle dos orçamentos e balanços, categoriza os créditos adicionais como autorizações de despesa não computadas ou não suficientemente dotadas na Lei de Orçamento.

O artigo 40 da mencionada lei define os créditos adicionais, enquanto o artigo 41 os classifica em três tipos distintos: suplementares, especiais e extraordinários. Cada modalidade possui características e exigências específicas para sua abertura e utilização, refletindo a necessidade de adaptação do orçamento público a situações não previstas ou que demandam um reforço específico de alocações.

O Projeto de Lei nº 017/2025 versa sobre a abertura de um "Crédito Adicional Especial". Esta modalidade, conforme o artigo 41, inciso II, da Lei nº 4.320/64, destina-se a despesas para as quais não haja dotação orçamentária específica. Diferentemente dos créditos suplementares, que visam reforçar dotações já existentes, os créditos especiais criam novas dotações orçamentárias para atender a programas ou projetos não incluídos na Lei Orçamentária Anual (LOA) inicialmente aprovada.

A justificação do Poder Executivo, ao mencionar a "criação de dotações do projeto da Escola em Tempo Integral", corrobora a natureza especial do crédito em questão. Para a abertura de créditos adicionais especiais, o artigo 42 da Lei nº 4.320/64 é categórico ao exigir que estes sejam "autorizados por lei e abertos por decreto executivo". Tal dispositivo impõe que



# **CÂMARA MUNICIPAL DE TIMBAÚBA**

## **PERNAMBUCO**

### **CASA DR. MANOEL BORBA**

---

a autorização para a criação dessas novas dotações orçamentárias seja precedida de uma deliberação do Poder Legislativo, manifestada por meio de uma lei específica. Este requisito formal resguarda o princípio da legalidade estrita em matéria orçamentária, garantindo que as modificações no planejamento financeiro do Município passem pelo escrutínio e consentimento dos representantes populares.

A utilização do Projeto de Lei nº 017/2025, portanto, constitui o instrumento jurídico adequado e indispensável para conferir a devida autorização para a abertura do Crédito Adicional Especial, em total conformidade com as normas de direito financeiro vigentes no ordenamento jurídico pátrio.

#### **II.3. Da Observância dos Requisitos Legais para Abertura de Créditos Adicionais Especiais**

A Lei Federal nº 4.320/64 estabelece requisitos essenciais para a abertura de créditos adicionais especiais, visando assegurar a regularidade e a responsabilidade na gestão dos recursos públicos. A proposição em análise deve ser avaliada quanto à sua conformidade com essas exigências, que se concentram principalmente na indicação da finalidade específica e na identificação da fonte de recursos.

##### **II.3.1. Indicação da Finalidade Específica:**

O artigo 42 da Lei nº 4.320/64 determina que os créditos adicionais especiais devem indicar a finalidade a que se destinam. Este requisito não é meramente formal, mas substancial, pois garante a transparência e a vinculação dos recursos públicos a programas e ações específicas, permitindo o controle social e a avaliação da execução orçamentária.





# **CÂMARA MUNICIPAL DE TIMBAÚBA**

## **PERNAMBUCO**

### **CASA DR. MANOEL BORBA**

---

No caso do Projeto de Lei nº 017/2025, a finalidade é exaustivamente detalhada no seu Anexo I e reforçada na Justificativa do Poder Executivo. As dotações criadas são majoritariamente direcionadas para a área da *Educação*, com um foco específico na implementação e manutenção da *Escola em Tempo Integral (ETI)* e no fortalecimento do *Ensino Infantil*.

O Anexo I discrimina gastos com aquisição de móveis, máquinas, veículos e equipamentos para a ETI, bem como despesas de material de consumo para sua manutenção. A justificativa do Prefeito vincula essas ações à Lei Federal nº 14.640/2023, que instituiu o Programa Escola em Tempo Integral, e à suposta "nova" Resolução CNE/CEB nº 07/2025, que, segundo ele, estabeleceu as "Diretrizes para a Educação em Tempo Integral". A Lei Federal nº 14.640, de 2 de agosto de 2023, criou o Programa Escola em Tempo Integral, com o objetivo de fomentar a criação de matrículas em tempo integral em todas as etapas e modalidades da educação básica.

A adesão dos municípios a este programa, mediante o recebimento de assistência técnica e financeira da União, é de extrema importância para a concretização do direito a uma educação de qualidade e para a ampliação da jornada escolar, conforme preconizado nas metas do Plano Nacional de Educação. Portanto, a destinação dos recursos para essa finalidade está em consonância com as políticas educacionais federais e responde a uma demanda social premente.

No que concerne à "nova" Resolução CNE/CEB nº 07/2025, embora uma busca nos canais oficiais de publicação até a presente data (01/09/2025) não revele a sua ampla divulgação, o fato de o Poder Executivo Municipal justificar o Projeto de Lei com base em sua existência e em suas diretrizes indica um esforço de alinhamento com as normativas educacionais mais recentes ou em vias de serem editadas.





# **CÂMARA MUNICIPAL DE TIMBAÚBA**

## **PERNAMBUCO**

### **CASA DR. MANOEL BORBA**

---

Esse fato não invalida a proposição, uma vez que a política de educação em tempo integral já encontra sólido respaldo na Lei Federal nº 14.640/2023, e o Município possui autonomia para avançar em suas políticas educacionais. Adicionalmente, o Projeto de Lei destina dotações para a "Gestão dos Profissionais da Educação Básica no Ensino Infantil" e para "Construção, reforma e/ou ampliação de creches e unidades da educação infantil", bem como para a "Manutenção das ações vinculadas às creches e ao ensino infantil".

Essa alocação específica sublinha o compromisso com a educação infantil, etapa fundamental do desenvolvimento educacional e direito assegurado constitucionalmente (CF, art. 208, IV). As despesas de contratação por tempo determinado, obrigações patronais, obras e instalações, material de consumo, outros serviços de pessoa física e jurídica, e auxílios, detalhadas no Anexo I, demonstram a amplitude das ações planejadas para o fortalecimento da educação infantil no município. A clareza e o detalhamento das dotações propostas no Anexo I satisfazem plenamente o requisito de indicação da finalidade específica.

#### **II.3.2. Indicação da Fonte de Recursos**

A Lei nº 4.320/64, em seu artigo 43, estabelece as fontes de recursos que podem ser utilizadas para a abertura de créditos adicionais. O § 1º do artigo 43 lista as possibilidades, e o Projeto de Lei nº 017/2025 invoca especificamente o inciso III do § 1º do art. 43, que permite a utilização de "anulação parcial ou total de dotações orçamentárias ou de créditos adicionais, autorizados em lei". Esta é uma das fontes mais comuns e legítimas para a abertura de créditos adicionais, pois pressupõe uma readequação interna do próprio orçamento, sem a necessidade de criação de novas receitas ou de endividamento. A anulação de dotações orçamentárias consiste na supressão de dotações existentes na Lei Orçamentária Anual que, por diversos motivos (não execução, subutilização, prioridade alterada, etc.), se tornaram passíveis





# **CÂMARA MUNICIPAL DE TIMBAÚBA**

## **PERNAMBUCO**

### **CASA DR. MANOEL BORBA**

---

de serem utilizadas para financiar outras despesas mais urgentes ou necessárias.

O Projeto de Lei nº 017/2025 afirma que as dotações a serem anuladas serão "detalhadas no decreto de abertura". Este ponto merece uma análise aprofundada. Embora a Lei nº 4.320/64 exija que a lei que autoriza o crédito adicional indique a fonte de recursos, o detalhamento exato das dotações específicas a serem anuladas pode, de fato, ser delegado ao decreto executivo, desde que a autorização legislativa estabeleça os parâmetros e a modalidade da fonte.

A Lei de Orçamento permite essa flexibilidade operacional ao Executivo, garantindo que a execução orçamentária se adapte às contingências, desde que a autorização legislativa para o crédito especial e a fonte genérica estejam previamente estabelecidas. Além disso, o Anexo I do PL 017/2025, ao discriminar as dotações criadas para o ensino infantil, menciona explicitamente as fontes de recursos: "Transferência de Recursos do FNDE", "Complemento FUNDEB VAAT (Profissionais da Educação)" e "Complemento FUNDEB VAAT (Demais despesas)".

O Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (FUNDEB), regulamentado pela Lei nº 14.113/2020, é a principal fonte de financiamento da educação básica no Brasil. O Valor Anual por Aluno - VAAT é um componente do FUNDEB que visa garantir um investimento mínimo por aluno, complementado pela União para os Municípios que não atingem esse valor. A menção do FUNDEB VAAT como fonte para as despesas do ensino infantil reforça a vinculação constitucional dos recursos para a educação e a conformidade com as normas financeiras específicas do setor, evidenciando que as despesas serão custeadas com recursos legalmente destinados à educação.



# **CÂMARA MUNICIPAL DE TIMBAÚBA**

## **PERNAMBUCO**

### **CASA DR. MANOEL BORBA**

---

A identificação das fontes de recursos, tanto pela anulação de dotações gerais quanto pela especificidade dos recursos do FUNDEB, cumpre o comando legal e confere a necessária segurança jurídica à proposição.

#### **II.3.3. Limites de Suplementação Futura**

O artigo 3º do Projeto de Lei nº 017/2025 prevê que as dotações orçamentárias criadas poderão ser suplementadas no decorrer do exercício, "respeitados os limites estabelecidos no art. 8º da Lei Municipal nº 3.212/2024". A Lei Municipal nº 3.212/2024 corresponde à Lei Orçamentária Anual (LOA) de Timbaúba para o exercício de 2025. A inclusão dessa disposição demonstra uma preocupação com a observância dos princípios da gestão orçamentária e da responsabilidade fiscal.

Embora esta Comissão não tenha acesso direto ao teor do art. 8º da referida Lei Municipal, a simples menção já indica que o Poder Executivo está ciente e se submete aos limites previamente estabelecidos pela própria Lei de Orçamento, evitando a discricionariedade excessiva e garantindo que eventuais reforços futuros de dotações ocorram dentro de parâmetros autorizados pelo Poder Legislativo, respeitando o equilíbrio fiscal e a programação orçamentária inicial. Tal disposição complementa a análise de legalidade e técnica legislativa, demonstrando a harmonização do PL 017/2025 com o sistema orçamentário municipal vigente.

#### **III.4.1. Da Relevância da Destinação dos Recursos para a Educação**

A destinação dos recursos provenientes do Crédito Adicional Especial para a área da educação, conforme detalhado no Anexo I e justificado pelo Poder Executivo, confere à proposição uma notável relevância social e política, além de sua conformidade jurídica. A educação é um direito fundamental, garantido pela Constituição Federal de 1988 em seu artigo 6º e explicitamente





# **CÂMARA MUNICIPAL DE TIMBAÚBA**

## **PERNAMBUCO**

### **CASA DR. MANOEL BORBA**

---

tratado nos artigos 205 a 214 como dever do Estado e da família, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

#### **III.4.2. Concretização do Direito à Educação e o Artigo 70 da LDB**

O Projeto de Lei nº 017/2025 busca fortalecer a educação municipal por meio de investimentos e custeio, conforme expressamente citado o art. 70 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB - Lei nº 9.394/96) na justificativa. O artigo 70 da LDB detalha quais despesas são consideradas de manutenção e desenvolvimento do ensino (MDE), abrangendo uma vasta gama de ações essenciais para o funcionamento e aprimoramento do sistema educacional. Entre elas, destacam-se: a remuneração e o aperfeiçoamento dos profissionais da educação; a aquisição, manutenção, construção e conservação de instalações e equipamentos; o uso e manutenção de bens e serviços vinculados ao ensino; a realização de atividades-meio necessárias ao funcionamento dos sistemas de ensino.

Ao analisar as naturezas da despesa detalhadas no Anexo I do Projeto de Lei (Equipamentos e Material Permanente; Material de Consumo; Contratação por Tempo Determinado; Obrigações Patronais; Obras e Instalações; Outros Serviços de Pessoa Física e Jurídica; Auxílios), verifica-se que todas elas se enquadram perfeitamente nas categorias de despesas de manutenção e desenvolvimento do ensino previstas no art. 70 da LDB.

A abertura do crédito adicional especial, portanto, não apenas atende a uma necessidade orçamentária, mas também instrumentaliza a concretização das políticas educacionais, assegurando o financiamento de ações que visam diretamente à melhoria da qualidade do ensino no município de Timbaúba. A conformidade com o art. 70 da LDB é um indicativo robusto da legalidade e da adequação da destinação dos recursos.



# **CÂMARA MUNICIPAL DE TIMBAÚBA**

## **PERNAMBUCO**

### **CASA DR. MANOEL BORBA**

---

#### **III.4.3. Expansão do Programa Escola em Tempo Integral e Novas Diretrizes**

A Lei Federal nº 14.640/2023, que instituiu o Programa Escola em Tempo Integral, representa um marco na política educacional brasileira, ao buscar ampliar a jornada escolar em tempo integral para os estudantes da educação básica. O objetivo é oferecer mais tempo de permanência na escola, enriquecendo o currículo com atividades pedagógicas, culturais, esportivas e de apoio ao aprendizado, contribuindo significativamente para a melhoria dos índices de aprendizagem e para o desenvolvimento integral dos alunos.

O Município de Timbaúba, ao propor a criação de dotações orçamentárias para a "Aquisição de móveis, máquinas, veículos e equipamentos" e para a "Manutenção da Escola em Tempo Integral (ETI)", demonstra proatividade e alinhamento com essa importante política nacional. A implementação de escolas em tempo integral exige investimentos substanciais em infraestrutura, recursos pedagógicos e pessoal qualificado.

A Resolução CNE/CEB nº 07/2025, mencionada na justificativa do Poder Executivo como a fonte das "Diretrizes para a Educação em Tempo Integral", embora ainda não amplamente divulgada em canais oficiais até esta data, sugere um arcabouço normativo mais detalhado para orientar a implementação desses programas. A adesão e o investimento municipal nesse programa são cruciais para oferecer oportunidades educacionais ampliadas aos estudantes, combatendo a evasão escolar e promovendo um ambiente de aprendizado mais rico e estimulante.

O Projeto de Lei, ao assegurar os recursos necessários, possibilita que Timbaúba avance na oferta de uma educação mais completa e eficaz, respondendo aos desafios contemporâneos da área.





# **CÂMARA MUNICIPAL DE TIMBAÚBA**

## **PERNAMBUCO**

### **CASA DR. MANOEL BORBA**

---

#### **III.4.4. Fortalecimento do Ensino Infantil com Recursos do FUNDEB VAAT**

A educação infantil, que abrange creches (para crianças de zero a três anos) e pré-escola (para crianças de quatro a cinco anos), é reconhecida como a primeira etapa da educação básica e tem seu oferecimento como um dever do Estado, conforme o artigo 208, inciso IV, da Constituição Federal. O investimento nesta fase é fundamental para o desenvolvimento cognitivo, social e emocional das crianças, impactando positivamente seu percurso educacional futuro.

O Projeto de Lei nº 017/2025, ao destinar parte significativa do crédito especial para ações específicas no ensino infantil, como a "Gestão dos Profissionais da Educação Básica no Ensino Infantil", a "Construção, reforma e/ou ampliação de creches e unidades da educação infantil" e a "Manutenção das ações vinculadas às creches e ao ensino infantil", reforça o compromisso do Município com esta etapa educacional. As dotações específicas para contratação de pessoal, obrigações patronais, obras e instalações, material de consumo e serviços demonstram um plano abrangente para a expansão e qualificação da infraestrutura e dos serviços oferecidos na educação infantil.

A utilização de recursos do FUNDEB VAAT (Valor Anual por Aluno por Etapa, Modalidade de Ensino e Nível de Ensino) para essas despesas é particularmente relevante. O FUNDEB, instituído pela Lei nº 14.113/2020, é o principal mecanismo de financiamento da educação básica no Brasil, e sua complementação pela União, por meio do VAAT, tem o propósito de garantir que todos os municípios, especialmente aqueles com menor capacidade de arrecadação, disponham de recursos mínimos por aluno para a manutenção e desenvolvimento do ensino.

A aplicação desses recursos, conforme a legislação específica do FUNDEB, é vinculada à educação e, portanto, sua destinação para o ensino



# **CÂMARA MUNICIPAL DE TIMBAÚBA**

## **PERNAMBUCO**

### **CASA DR. MANOEL BORBA**

---

infantil, como proposto, está em plena conformidade legal e orçamentária. O fortalecimento das creches e unidades de educação infantil é uma demanda contínua da sociedade, e o presente Projeto de Lei oferece os meios para que o Município de Timbaúba possa atender a essa demanda vital, garantindo o direito à educação desde os primeiros anos de vida.

#### **IV. Da Técnica Legislativa e Aspectos Formais do Projeto de Lei**

A análise da técnica legislativa do Projeto de Lei nº 017/2025 revela que a proposição está redigida de forma clara, concisa e estruturada, em conformidade com as boas práticas legislativas. Os artigos são numerados sequencialmente, e o conteúdo de cada um deles é específico e pertinente à matéria tratada.

O Artigo 1º, ao autorizar a abertura do crédito, especifica o valor total e o destino geral das dotações, remetendo o detalhamento ao Anexo I, o que é uma técnica adequada para projetos de lei de natureza orçamentária.

O Artigo 2º indica a fonte de recursos, conforme a Lei nº 4.320/64, com a menção de que o detalhamento da anulação ocorrerá por decreto, o que se alinha com a flexibilidade operacional que a legislação financeira confere ao Poder Executivo, sob a supervisão do Legislativo.

O Artigo 3º, que trata da possibilidade de suplementação futura, demonstra uma preocupação com a coerência orçamentária e a observância da Lei Orçamentária Anual vigente. Os Artigos 4º e 5º são padrões para a vigência e revogação, respectivamente. A ausência de conflitos evidentes com a Lei Orgânica Municipal de Timbaúba ou o Regimento Interno da Câmara Municipal, no que tange à forma e ao procedimento de tramitação, é outro ponto positivo.





# **CÂMARA MUNICIPAL DE TIMBAÚBA**

## **PERNAMBUCO**

### **CASA DR. MANOEL BORBA**

---

A proposição se apresenta com a devida justificativa e anexos que oferecem a transparência necessária para a análise parlamentar e o controle social. A documentação apresentada é suficiente para a compreensão da matéria e para a tomada de decisão pelos membros desta Casa Legislativa. Deste modo, sob o aspecto formal e de técnica legislativa, o Projeto de Lei nº 017/2025 atende aos requisitos mínimos para sua regular tramitação.

### **III. CONCLUSÃO E PARECER**

Diante do exposto e da análise pormenorizada do Projeto de Lei nº 017/2025, de 28 de agosto de 2025, da autoria do Poder Executivo Municipal de Timbaúba, a Comissão de Legislação, Justiça e Redação desta Egrégia Câmara Municipal conclui pela **CONSTITUCIONALIDADE, LEGALIDADE E BOA TÉCNICA LEGISLATIVA** da proposição.

O Projeto de Lei encontra pleno amparo na autonomia legislativa municipal, respeitando as normas gerais de direito financeiro estabelecidas pela Lei Federal nº 4.320/64, especialmente no que tange à exigência de autorização legislativa para a abertura de créditos adicionais especiais e à devida indicação de sua finalidade específica e fonte de recursos, proveniente da anulação de dotações orçamentárias existentes.

A destinação dos recursos para programas essenciais na área da educação, com especial foco na implementação e manutenção da Escola em Tempo Integral e no fortalecimento do ensino infantil, alinha-se às diretrizes da Lei Federal nº 14.640/2023 e à política de financiamento da educação básica via FUNDEB VAAT, além de estar em consonância com o artigo 70 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394/96). A relevância social das ações propostas é inegável, contribuindo significativamente para a



# **CÂMARA MUNICIPAL DE TIMBAÚBA**


## **PERNAMBUCO**

### **CASA DR. MANOEL BORBA**

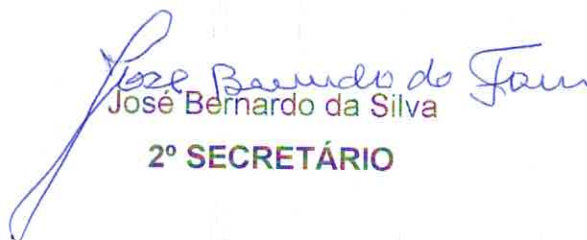
concretização do direito à educação e para a melhoria da qualidade do ensino no Município de Timbaúba.

Considerando-se que a proposição preenche todos os requisitos jurídicos e formais exigidos para a sua tramitação, esta Comissão de Legislação, Justiça e Redação emite **PARECER FAVORÁVEL** à aprovação do Projeto de Lei nº 017/2025.

Sala da Comissão de Legislação, Justiça e Redação, em Timbaúba, 08 de setembro de 2025.

  
Luiz Apolinário Neto  
**PRESIDENTE**

  
Ronaldo Gomes da Silva  
**1º SECRETÁRIO**

  
José Bernardo da Silva  
**2º SECRETÁRIO**





**CÂMARA MUNICIPAL DE TIMBAÚBA**  
**PERNAMBUCO**  
**CASA DR. MANOEL BORBA**

**PARECER FAVORÁVEL DA COMISSÃO DE FINANÇAS E ORÇAMENTOS**

**EMENTA:** PROJETO DE LEI Nº 017/2025.  
ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA. AUTORIZAÇÃO  
DE ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL  
ESPECIAL AO ORÇAMENTO ANUAL DE 2025. E  
DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

A Comissão de Finanças e Orçamento da Câmara Municipal de Timbaúba, Estado de Pernambuco, ao analisar o **Projeto de Lei nº 017/2025**, de iniciativa do Chefe do Poder Executivo Municipal, que versa sobre a matéria supra, apresenta sua manifestação nos seguintes termos, após detida e pormenorizada análise dos dispositivos legais e das implicações financeiras pertinentes ao cenário local e à legislação federal aplicável.

Como sabido, por força do disposto no art. 39 do Regimento Interno desta egrégia Casa Legislativa, compete privativamente à Comissão de Finanças e Orçamento emitir pareceres circunstanciados sobre todos os assuntos que ostentem um caráter eminentemente financeiro. Incluem-se, de maneira especial, as proposições que se refiram a aberturas de crédito e a empréstimos públicos, bem como aquelas que, de forma direta ou indireta, alterem a estrutura da receita ou da despesa do Município, que possam acarretar responsabilidade ao erário Municipal ou que interessem de alguma forma ao crédito público, demandando uma avaliação criteriosa de sua conformidade legal e de sua repercussão fiscal no planejamento e execução orçamentária.

O **Projeto de Lei nº 017/2025** em questão tem por objetivo primordial autorizar a abertura de crédito adicional especial no montante exato de R\$ 1.307.185,10 (um milhão, trezentos e sete mil, cento e oitenta e cinco reais e dez centavos) ao Orçamento Municipal de 2025, o qual foi previamente aprovado e consolidado pela Lei nº 3.212, de 13 de novembro de 2024. Esta abertura de crédito é destinada, conforme discriminação detalhada e exaustiva presente no



# **CÂMARA MUNICIPAL DE TIMBAÚBA**

## **PERNAMBUCO**

### **CASA DR. MANOEL BORBA**

---

Anexo I da proposição, à criação de dotações orçamentárias específicas para o projeto da Escola em Tempo Integral (ETI), em consonância com as diretrizes e disposições estabelecidas pela Lei Federal nº 14.640/2023, que instituiu e regulamentou o Programa Escola em Tempo Integral. As dotações específicas abrangem a aquisição de móveis, máquinas, veículos e equipamentos essenciais para o funcionamento da ETI, bem como a manutenção contínua da referida Escola em Tempo Integral. Adicionalmente, o crédito visa contemplar despesas relacionadas à gestão dos profissionais da Educação Básica no Ensino Infantil, à construção, reforma e/ou ampliação de creches e unidades da educação infantil, e à manutenção das ações vinculadas às creches e ao ensino infantil, perfazendo um conjunto robusto de investimentos e custeios essenciais e estratégicos para o desenvolvimento e aprimoramento da educação municipal em suas diversas fases.

Da justificativa encaminhada pelo Chefe do Poder Executivo Municipal, depreende-se que a proposição encontra seu fundamento intrínseco na necessidade premente de adequação orçamentária para viabilizar a implementação efetiva das diretrizes para a Educação em Tempo Integral, conforme as novas orientações emanadas da "nova" Resolução CNE/CEB Nº 07/2025, que, segundo a própria justificativa do Prefeito, instituiu essas diretrizes fundamentais para o setor educacional. Adicionalmente, as despesas criadas no bojo deste Projeto de Lei são custeadas pela fonte de recursos do FUNDEB VAAT no ensino infantil, com um detalhamento pormenorizado no Anexo I do projeto de lei, que especifica a origem dos recursos como "Transferência de Recursos do FNDE", "Complemento FUNDEB VAAT (Profissionais da Educação)" e "Complemento FUNDEB VAAT (Demais despesas)". Tal especificação demonstra a clara proveniência e o caráter vinculado dessas dotações, em conformidade com o art. 70 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), que trata da aplicação dos recursos.

Dessa forma, denota-se com clareza que o presente Projeto de Lei objetiva promover uma alteração substantiva e necessária no texto original da





# **CÂMARA MUNICIPAL DE TIMBAÚBA**

## **PERNAMBUCO**

### **CASA DR. MANOEL BORBA**

---

Lei Orçamentária Anual em vigor, através da inclusão de um crédito especial que se destina a incorporar no orçamento despesas para as quais, até então, não existia uma dotação orçamentária específica e legalmente autorizada. Tal iniciativa revela a agilidade e a necessidade de ajuste da administração pública face a novas demandas educacionais, diretrizes programáticas atualizadas e repasses de recursos que não puderam ser plenamente previstos no momento da elaboração da lei orçamentária original.

Por força do disposto no art. 43 da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, que estabelece normas gerais de direito financeiro para a elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal, a abertura dos créditos suplementares e especiais está legalmente condicionada à existência de recursos disponíveis para o seu custeio. Estes recursos podem ser provenientes de excesso de arrecadação, de superávit financeiro apurado no balanço patrimonial do exercício anterior, ou, como é expressamente indicado e fundamentado no presente caso, da anulação parcial ou total de dotações orçamentárias existentes, conforme a previsão específica contida no inciso III do § 1º do art. 43 da Lei Federal nº 4.320/64.

A justificativa do Projeto de Lei nº 017/2025 e seu detalhamento ratificam que a fonte para ocorrer com a abertura deste crédito adicional especial será a anulação de dotações existentes, cujo detalhamento será feito no decreto de abertura, em conformidade com o regramento legal pertinente e com os limites estabelecidos no art. 8º da Lei Municipal nº 3.212/2024.

Contudo, além das hipóteses já estabelecidas expressamente na legislação de regência federal, considera-se igualmente viável e juridicamente legítima a abertura de crédito especial quando esta decorre do recebimento de recursos advindos de outros entes federativos ou de fundos específicos, os quais são caracterizados por sua destinação vinculada e seu propósito determinado.





# **CÂMARA MUNICIPAL DE TIMBAÚBA**

## **PERNAMBUCO**

### **CASA DR. MANOEL BORBA**

---

Tais recursos incluem aqueles provenientes de convênios, contratos de repasse, termos de fomento, auxílios, contribuições e, especialmente, transferências fundo a fundo, como as oriundas do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (FUNDEB), na modalidade VAAT (Valor Anual por Aluno por Etapa, Modalidade de Ensino e Nível de Ensino). Essas transferências possuem destinação específica para a educação e constituem uma fonte legítima de financiamento para programas educacionais, não representando um aumento da carga tributária municipal, mas sim um incremento de recursos para áreas prioritárias.

Tal afirmação decorre da verificação inconteste de que tais recursos, quando não previamente previstos na Lei Orçamentária Anual (LOA) em sua integralidade ou quando estimados em valor inferior ao que efetivamente se realiza e se concretiza, configuram uma legítima hipótese de excesso de arrecadação. Este excesso de arrecadação, por sua vez, constitui uma das fontes expressamente previstas no já citado art. 43 da Lei nº 4.320/1964, apta a ensejar, de forma juridicamente válida, a abertura de créditos adicionais para a execução de despesas que se tornaram necessárias ou que foram objeto de novas diretrizes e repasses após a elaboração da LOA, garantindo a flexibilidade orçamentária indispensável à administração pública municipal para atender às suas responsabilidades e às demandas da população, especialmente no setor educacional.

Em consonância com a presente exposição e com o arcabouço legal vigente, esta Comissão de Finanças e Orçamento opina favoravelmente pela viabilidade da continuidade da tramitação do Projeto de Lei nº 017/2025. Isso ocorre uma vez que inexistem óbices de ordem legal ou constitucional que impeçam sua regular apreciação pelo Plenário desta Casa Legislativa, cabendo ressaltar a relevância da proposição para o desenvolvimento e o aprimoramento da educação municipal, em especial no que tange à implementação da Escola





# **CÂMARA MUNICIPAL DE TIMBAÚBA**

## **PERNAMBUCO**

### **CASA DR. MANOEL BORBA**

em Tempo Integral e ao fomento da educação infantil, áreas cruciais para o futuro de Timbaúba.

Sala da Comissão de Finanças e Orçamento, em Timbaúba, 08 de setembro de 2025.

*Risalva Brandão Rodrigues*  
Risalva Brandão Rodrigues

**PRESIDENTE**

*Ronaldo Gomes Da Silva*  
Ronaldo Gomes Da Silva  
**1º SECRETÁRIO**

*Tarcísio Batista da Silva*  
Tarcísio Batista da Silva  
**2º SECRETÁRIO**